



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL**

**ATA DA REUNIÃO COM O COMITÊ TÉCNICO DA ENTIDADE METROPOLITANA EM 27 DE ABRIL
DE 2016**

Às nove horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis, no segundo andar na Sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR, o Comitê Técnico da Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador se reuniu, pela segunda vez no ano corrente, tendo como pauta principal a apresentação da Minuta do Termo de Referência para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Salvador – RMS. Este Termo de Referência é pré-requisito para contratação de empresa e/ou instituição especializada para a elaboração do PDUI que estabelece as bases para um processo permanente e participativo de planejamento, conforme determina o Estatuto da MetrÓpole (Lei nº 13.089/2015). Estavam presentes na reunião representantes de oito municípios da Região Metropolitana, sendo eles Camaçari, Candeias, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz, além dos representantes do Estado que compõem o Comitê Técnico da Entidade Metropolitana.

A reunião foi aberta pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e Secretário- Geral da Entidade Metropolitana, Carlos Martins, que falou da importância da Entidade Metropolitana e do planejamento metropolitano, em prol das funções públicas de interesse comum, e articulação da gestão, solicitando que os municípios pensassem de forma integrada com os municípios vizinhos. *“Quero pedir um olhar especial de cada município para trabalhar de forma integrada com ações com os outros municípios e que essa Entidade discuta as constantes necessidades de integração”*. Destacou a necessidade de discussão do PDUI e da definição de um cronograma de atividades para se iniciar o processo de elaboração do referido plano. Além disso, solicitou foco nas estratégias de desenvolvimento para a RMS, principalmente dos novos investimentos, pois é de crucial importância que os mesmos sejam contemplados na discussão do PDUI.

Neste momento, o representante do município de Pojuca, Francisco José, sugere como a proposta à inclusão de eixo temático voltado a educação profissionalizante na região

metropolitana, tendo em vista a atração de universidades, cursos técnicos, entre outros. Tratou sobre a realidade da maioria dos municípios da região metropolitana onde muitas vezes existem postos de trabalho a exemplo dos municípios Madre de Deus, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, mas a mão de obra contratada é de outras localidades pela questão da baixa escolaridade/perfil profissional, que não atende as exigências para a contratação. Comentou também sobre a questão do bônus demográfico na faixa etária dos jovens até vinte e nove anos, que este acontece a cada dez anos, segundo o IBGE. O Secretário Carlos Martins destaca que a questão da educação é abrangente para a RMS e deve ser tratada no PDUI.

Em seguida, o representante do município de Camaçari, Sr. Raimundo Santos Lima, assinou o Termo de Posse para compor o Comitê Técnico da Entidade Metropolitana.

Lívia Gabrielli, representante do Estado no Comitê Técnico e Superintendente de Planejamento e Gestão Territorial da SEDUR, apresentou a Minuta do Termo de Referência do PDUI, fazendo a explanação sobre os principais pontos de conteúdo do Termo de Referência, e destacando os eixos temáticos ordenamento territorial, mobilidade, saneamento, habitação, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, mecanismo e instrumentos de acompanhamento das ações metropolitanas, além de mapeamento e cartografia. Informou que o PDUI é um dos principais instrumentos de planejamento e gestão metropolitana e alertou para o art. 21 do Estatuto da Metrópole, que em caso de não cumprimento quanto à elaboração do plano, incorre em improbidade administrativa o governador ou agente público que atue na estrutura de governança interfederativa que deixar de tomar providências necessárias para garantir o cumprimento da lei, ou seja, o PDUI deve ser elaborado até janeiro de dois mil e dezoito.

O Secretário destacou a necessidade de celeridade do processo de discussão do PDUI, para o mesmo ser concluído em tempo hábil e que o plano não é apenas um descritivo da realidade da RMS. Agradeceu a todos os participantes pela presença, mas precisou ausentar-se da reunião, ficando Lívia Gabrielli na coordenação .

Lívia Gabrielli falou sobre a Oficina que acontecerá nos dias 16 e 17/05/2016, promovida pelo IPEA, que acontecerá em Brasília, a nível nacional, tendo como temas principais a Governança Metropolitana e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Ressaltou a importância da elaboração do PDUI em conjunto com SEDUR/IPEA/PGE.

Solicitou agilidade na contribuição sobre o TR, pois o prazo para finalização de todo processo do PDUI será dois mil e dezoito e até lá existe um longo caminho a percorrer.

O representante do município de Vera Cruz, Jackson Martins, comentou sobre a preocupação em agilizar o processo, visto que 2017 será um ano de transição de alguns prefeitos municipais, o que poderá dificultar o andamento do processo. Indica a possibilidade de adiantar a etapa de diagnóstico do PDUI para o ano corrente. Ainda questionou a não participação do município de Salvador no processo de elaboração do Plano e na Entidade Metropolitana, visto que Salvador é a cidade polo da RMS e que não deve haver “divergências políticas” quando se trata do bem coletivo.

O representante do município de Pojuca, Francisco José, fala da importância de realização de audiências públicas para tornar público à formação e a importância da existência da Entidade Metropolitana até mesmo através da imprensa local, e chamar a atenção para necessidade de participação da Prefeitura de Salvador nas reuniões da Entidade Metropolitana.

A representante do Estado da Bahia através da Procuradoria Geral do Estado, Dr^a Maria Angélica Rodrigues, teceu considerações sobre o andamento no Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5155/BA contra a Lei Complementar nº 41, de 13 de junho de 2014, do Estado da Bahia, que cria a “Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador”. Ressaltou que não houve concessão de liminar em pedido cautelar interposto, estando dependente o julgamento do mérito sem que assista direito ao Município sede da RMS de excusar-se a integrar a Entidade. Informou que há um Grupo de Trabalho na PGE sobre Governança Metropolitana que analisa a matéria com mais profundidade e discute instruções para análise da conveniência e oportunidade da Representação da PGE em Brasília impulsionar o andamento do processo, mas que entende que do STF deverá julgar o mérito da ação após o julgamento de ações relacionadas a processos políticos em tramitação com maior urgência naquela Corte.

Pontuou também sobre a importância de incluir o município de Salvador na participação da Entidade Metropolitana em favor dos interesses dos seus municípios e também para não trazer maiores obstáculos para os demais municípios da RMS nas questões que se sobrepõem ao interesse local.

Destacou que a PGE/BA está aguardando a movimentação do Processo no Supremo Tribunal Federal para estreitar contatos junto aos jurídicos dos municípios, inclusive à PGMS, colocando-se à disposição dos órgãos jurídicos dos demais integrantes da RMS.

O representante do município de Mata de São João, Paulo Meireles, comentou que mesmo com questionamentos sobre Entidade Metropolitana da RMS, acredita nos benefícios coletivos que está pode trazer. Com relação à participação do município de Salvador nas reuniões da

Entidade Metropolitana da RMS, sugere que deverá ser feito um convite de maneira diplomática para a equipe técnica do município.

Após estas observações iniciais, foi feita a leitura da ATA da reunião do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, do Comitê Técnico, para aprovação.

Como encaminhamentos, foi validado o início do processo de elaboração do PDUI, definição das datas das próximas reuniões e data limite para entrega dos questionários do Ministério das Cidades e indicação dos representantes das Câmaras Temáticas. Os representantes do Comitê Técnico solicitaram a extensão do prazo para a entrega das indicações das Câmaras Temáticas e o Questionário do Ministério das Cidades, ficando este para dia nove de maio do ano corrente.

Livia Gabrielli falou da importância da formação das Câmaras Temáticas (Mobilidade Urbana, Saneamento Básico, Habitação e Plano Diretor de Desenvolvimento Metropolitano), para análise de questões específicas no âmbito da Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador. Além disso, destacou a importância para contratação de empresa e/ou instituição especializada para sua elaboração, até setembro/2016.

Livia Gabrielli informou sobre o convite para o debate “Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado: o desafio do planejamento urbano na Região Metropolitana de Salvador”, que ocorrerá no dia três de maio de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, no Plenarinho da Assembleia Legislativa da Bahia. Comentou que este evento da ALBA será uma oportunidade para os representantes da Prefeitura Municipal de Salvador ficar cientes da importância da Entidade Metropolitana da RMS, a ALBA solicitou um representante da Entidade Metropolitana para compor a mesa do debate e o representante do município de Pojuca, Francisco José, foi escolhido por unanimidade.

Mara Castagno apresentou o Cronograma das Reuniões do Comitê Técnico para o ano em curso, onde houve concordância com as datas, ficando dezoito de maio, no turno matutino, no auditório do subsolo da SEDUR, para a primeira reunião das Câmaras Temáticas e vinte e cinco de maio para a próxima reunião do Comitê Técnico, na sala de reunião do Gabinete na SEDUR.

O representante do município de Pojuca, Francisco José, sugeriu remanejar a data da reunião agendada no mês de outubro, já que a mesma seria na semana seguinte a um possível segundo turno das eleições municipais. A mesma será definida na próxima reunião do Comitê Técnico, dia vinte e cinco de maio do ano corrente. Além disso, destacou sobre a importância da Entidade Metropolitana da RMS se fortalecer através de apresentações nas Câmaras de Vereadores dos municípios.

A representante do município de São Francisco do Conde, Flávia Manoela, fala sobre o ofício que foi encaminhado a SEDUR para o evento que acontecerá dia três de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal para dar Posse ao Núcleo Gestor (sociedade civil organizada) para acompanhamento da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano-PDDU. Na oportunidade, agradeceu a participação do representante do Estado/SEDUR na Primeira Audiência Pública realizada dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis, para formação do grupo gestor para elaboração do PDDU Municipal.

Nada mais havendo a acrescentar, demos por encerrada esta reunião cuja ata, após lida e aprovada, será assinada pelos representantes do Comitê Técnico.

Membros do Comitê Técnico:

Camaçari - Raimundo Santos Lima

Candeias – Maria das Graças Ferreira do Nascimento

Dias d'Ávila - Geraldo Requião Filho (ausente)

Itaparica - Robenilson Conceição Laranjeira (ausente)

Lauro de Freitas - Geraldo dos Santos Almeida (ausente)

Madre de Deus - Frederico dos Santos Silva Reis (ausente)

Mata de São João - Paulo Roberto de Assis Meireles

Pojuca – Francisco José dos Santos

Salvador – (sem indicação)

São Francisco do Conde - Silmar Carmo (representada por Flávia Manoela)

São Sebastião do Passé - Luciano dos Reis Lago (representado por Hirlas)

Simões Filho - Leolindo Gonçalves Vinhas

Vera Cruz - Jackson Reis Martins dos Santos

Estado da Bahia- SEDUR/BA – Livia Gabrielli; **SEPLAN/BA** – Thiago Xavier (representado por Ariadne Barreto); **PGE/BA** – Maria Angélica Rodrigues.

Lista de Participantes da Reunião:

Chefe de Gabinete / SEDUR – Pedro Dórea

Assessor Especial / SEDUR – Robson Santana

Técnica da Assessoria Especial / SEDUR – Bruna Novelli

Superintendente de Habitação/SEDUR- Adalva Tonha

Diretora de Planejamento Territorial / SEDUR – Mara Castagno

Técnica da Diretoria de Planejamento Territorial / SEDUR – Natássia Gavazza

Representante do Município de Candeias–José Lessa Lima

**Secretaria Executiva da Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador-
EMRMS- Janicéia Veloso**

Registro Fotográfico (Fonte: Ascom/SEDUR)

